

Sensibilidade, mas com bom senso. Tratamento informativo da dor

Madalena Oliveira

Ao contrário do que sugere o samba de Chico Buarque, a dor da gente parece sair cada vez mais nos jornais. Quem diz nos jornais, diz certamente na Rádio e sobretudo na Televisão. Já em 1899, Gustave Moynier¹ dizia que «as descrições dadas pelos jornalistas dos jornais diários põem, por assim dizer, os que agonizam nos campos de batalha debaixo dos olhos dos leitores [de jornais] e os gritos deles ressoam-lhes nos ouvidos...». Hoje, estão quase todos os sentidos entregues à experiência da dor alheia, que é, segundo Cristina López Mañero, um dos conteúdos habituais das mensagens informativas difundidas pelos meios de comunicação social. Sendo uma experiência central na vida de todo o homem (Mañero, 1997), a dor tem, pois, um carácter de noticiabilidade ímpar, pelo que é, em muitos casos, o tema central dos trabalhos jornalísticos.

O carácter universal de toda a dor², associado às potencialidades ubíquistas das novas tecnologias da comunicação, concedeu à informação sobre catástrofes, naturais e humanas, um lugar de primazia nas agendas mediáticas. «Ser espectador de calamidades que se passam noutra país é», aliás, segundo Susan Sontag, «uma experiência moderna quintessencial, a oferta cumulativa de mais de século e meio destes turistas profissionais, especializados, a que se chama jornalistas» (Sontag, 2003:25). Porém, à informação factual começou a contrapor-se uma informação de outro âmbito, predominantemente sensitivo. Na verdade, embora não seja um fenómeno inteiramente novo deste quinquénio, a reportagem jornalística a propósito de situações ou acontecimentos geradores de dor e de trauma social consolidou um novo tipo de informação, uma espécie de “informação sensível”.

Ao traçar os contornos de uma “arqueologia do sentir”, Mario Perniola sugere que se alcança um sentir em conjunto no mesmo momento em que se perde o sentir individual (Perniola, 1993). Ora, a propensão mediática para a tragédia,

¹ Primeiro presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, citado por Susan Sontag, em *Olhando o Sofrimento dos Outros* (p. 25).

² Num texto em que se refere às situações em que a dor é notícia, Cristina Mañero sugere que toda a dor e sofrimento concretos remetem para a dor universal que afecta todos os homens.

de que a morte é o expoente máximo, não procura senão isto: fazer de um sofrimento individual uma dor colectiva. Trata-se, retomando as palavras do filósofo italiano, de uma «pulsão de identificação imediata, de participação, por um alento de comunhão das almas», que anima a estética da vida, definida sobretudo pelo “sentir partilhado e participado” (Perniola, 1993:52).

É de uma hipersensibilidade mediática que talvez possamos falar neste início de milénio. Gerada, sobretudo, a partir dos atentados de 11 de Setembro de 2001 às Torres Gémeas do World Trade Center, esta inclinação pelo lado sensorial circundante aos factos projectou-se como se fosse uma prática aceitável, senão mesmo desejável, do jornalismo contemporâneo. O ano 2001, como o de 2004, foi a este nível paradigmático. Se, em Março de 2001, a queda da ponte de Entre-os-Rios saturou audiências, mantendo-se a notícia na ordem do dia por mais de um mês, em Agosto do mesmo ano, a revelação em directo do assassinio de seis portugueses no Brasil pela correspondente da TVI naquele país reinstalou o mote para um debate que viria a ser permanente até ao final do quinquénio – o de saber que lugar ocupa, ou deve ocupar, a emoção no discurso jornalístico.

“Jornalismo compassivo”

Inversamente proporcional ao decréscimo de informação económica, internacional e política, a inflação de informação a propósito de acontecimentos traumáticos sustenta visivelmente uma tendência que já vários autores anotavam no final dos anos 1990: a de «um aumento do espaço e da importância dedicada à informação local, ao desporto e ao espectáculo», em que «o jornalista abandona o seu lugar de relator dos acontecimentos para se colocar na pele dos que participam nos acontecimentos e viver os seus dramas»³. A esta atitude, que segundo Marc Lits, investigador da Universidade de Lovaina, configura uma espécie de “jornalismo compassivo” (“journalisme compassionnel”), corresponde um privilégio da carga emocional da actualidade. Considerando, pois, que a emoção ocupa cada vez mais um lugar importante na vida colectiva, Lits admite que ela adquiriu um peso informativo, reivindicado nomeadamente por jornalistas que se permitem deixar lugar às suas próprias emoções pessoais no coração da tarefa de informar (Lits, 2001).

Alterando os padrões do jornalismo clássico, os conceitos de proximidade e emoção introduziram novas prioridades relativamente à ordem de apresentação da informação. Para Jean-Louis Missika, sociólogo dos *media*, «a hierarquia dos acontecimentos é função mais do seu impacto sobre a sensibilidade

³ Citamos, neste parágrafo, a síntese conclusiva do Curso de Verão do Convento da Arrábida sobre “A emoção no discurso e na estratégia dos *media*” (12 a 16 de Outubro de 1998), elaborada por Carla Baptista, Carlos Camponez, Maria Helena Vieira e Maria José Mata.

individual do que da sua importância em termos colectivos». Num texto em que se refere às dificuldades da cobertura televisiva de dramas terríveis (2004), Missika considera que a própria televisão perdeu a noção de equilíbrio que a distanciava da distinção entre “imprensa de sensação” e “imprensa dita séria”. A audiência, a concorrência e as circunstâncias são, para o sociólogo, os argumentos que justificam o facto de o relato jornalístico estar cada vez mais centrado numa certa intimidade com o público.

Sinal de um novo tempo no jornalismo, a emoção atravessa hoje, com frequência, uma parte considerável da informação. O particular interesse demonstrado pelos *media* relativamente a grandes tragédias, catástrofes naturais, crimes, guerras, massacres e dramas familiares permite identificar três níveis de emoção: por um lado, a emoção explorada aos próprios actores da notícia; por outro, a emoção dos jornalistas, que tantas vezes reclamam a impossibilidade de se alhearem da sua condição humana-sentimental; finalmente, a emoção desencadeada no público/audiência.

No âmbito do primeiro nível, assiste-se quase invariavelmente a uma exploração dos sentimentos dos intervenientes da acção reportada. Paradigmática nesta medida foi a cobertura da queda da ponte de Entre-os-Rios, cujo recurso aos depoimentos dos familiares das vítimas redundou em peças extremamente emocionadas, choradas e perturbantes. A opção por ouvir a voz popular (*vox populi*) em casos sobretudo de cariz judicial (processo da Casa Pia, desde Novembro de 2002, desaparecimento da menina Joana, no Algarve, no Verão de 2004) é também a manifestação desta vontade de fazer notícia com o que se sente⁴.

Ao nível do jornalista, trata-se acima de tudo do comprometimento de uma das características basilares da profissão: a objectividade. Ora, não podendo mais ser encarada como um ideal jornalístico de primeira linha, a objectividade deixou de poder ser encarada de modo fundamentalista⁵. O clássico apelo ao rigor e à exactidão sofreu, nos últimos anos, o choque da trágica amplitude de guerras como a do Afeganistão ou do Iraque e de atentados terroristas da América até à Rússia. A comoção, o embargo da voz, o recurso a adjectivos de força subjectiva e, em certo sentido, uma colocação estratégica ao lado das

⁴ Merece a este propósito especial destaque um texto de José Vítor Malheiros no jornal *Público*, de 13 de Março de 2001, por ocasião da queda da Ponte de Entre-os-Rios. Extremamente irónico, o texto questiona esta ânsia de saber o que se sente, de querer que os “sofredores” partilhem a sua dor: «O que é que sentiu? O que esperam em troca desta pergunta? Uma reflexão sobre o sentido da vida, o absurdo da morte, a fragilidade dos homens? Sobre a impossibilidade de explicar o que se sente nestas circunstâncias? Por trás da pergunta esconde-se um convite: desabafe para as câmaras, dê-nos um soluço, um grito dilacerante, mostre-nos o inominável, em vinte segundos, não se acanhe, queremos a sua dor, queremos partilhar a sua dor.»

⁵ Num texto publicado na Internet, em Janeiro de 2005 (http://dangillmor.typepad.com/dan_gillmor_on_grassroots/2005/01/the_end_of_obje.html), Dan Gillmor arrisca a possibilidade de se estar perante o fim da objectividade, definida como um velho cânone do jornalismo. No entanto, considerando a imprescindibilidade de alguns valores e princípios relacionados com este *constructo*, Gillmor propõe a substituição do conceito de objectividade por quatro noções que define como os pilares de um bom jornalismo: eficácia (thoroughness), exactidão (accuracy), imparcialidade (fairness) e transparência (transparency).

vítimas são sinais inequívocos da engrenagem emocional desencadeada pela urgência dos directos e concomitante falta de distanciamento dos jornalistas relativamente ao que relatam.

No último nível deste processo, a emoção encontra o público suscitando nele também um conjunto de sentimentos gerados pela realidade em si, mas igualmente pelo tipo de relato empreendido pelos jornalistas. O coração do público é o lugar por excelência das manifestações de sentimentos de extremos. A habilidade que, no início do século XX, Karl Kraus reconheceu à imprensa, de transformar «emoções e paixões moderadas em histeria e folia, (...) o orgulho nacional em delírio nacionalista e em xenofobia e (...) o medo em pânico» (Bouveresse, 2001:51) está hoje potenciada ao máximo em todos os *media*. Os atentados do 11 de Setembro, nos Estados Unidos, e do 11 de Março, em Madrid ou ainda o tsunami na Ásia não foram, seguramente, nem os mais mortíferos nem os mais terríveis acontecimentos da história do último século. Contudo, em termos mediáticos, tiveram uma visibilidade, poderíamos dizer, total.

Verdadeiros fenómenos de solidariedade foram desencadeados pelo jeito intimista de os *media* tratarem aquilo que se poderiam chamar as “desgraças alheias”. Verdadeiras campanhas de ajuda foram empreendidas pela Televisão, em movimentos que envolveram grandes massas de telespectadores na dor de outros que, de outro modo, não seria senão isso – a dor de outros. Na verdade, a exploração da afectividade das audiências, caricaturada na aliança dos próprios meios de comunicação social com causas de solidariedade⁶, teve igualmente eco no próprio alinhamento dos telejornais. Incontáveis vezes os boletins informativos da televisão se associaram à dor, à doença ou à desgraça particular, fazendo directos das casas de famílias e mobilizando autênticas campanhas nacionais de angariação de fundos ou de solução efectiva de problemas vividos de modo dramático⁷. À ideia de que os jornalistas são mandatários da liberdade de expressão dos cidadãos acrescerá justamente o argumento de que deles se espera, de certa maneira, a denúncia do alheamento, da indiferença, da negligência e da corrupção do direito à dignidade individual. No entanto, uma certa predilecção por este tipo de temáticas parece ter também algo de estratégico, não sendo talvez alheia a uma espécie de altruísmo a intenção de fidelizar audiências.

⁶ A este nível, assinale-se, para além dos trabalhos jornalísticos propriamente ditos, a exibição de alguns *reality shows* particularmente vocacionados para a exaltação da comoção colectiva. Exemplos claros: “O crime não compensa” (SIC), “Eu confesso” e “Você na TV” (TVI).

⁷ Vários exemplos poderiam ser enunciados a este pretexto. Referimo-nos apenas a alguns a título ilustrativo: um rapaz que colocou banda gástrica depois de ter sido reportada a sua história nos vários canais de televisão; uma criança que, pela primeira vez, tem um Natal com ar de Natal (brinquedos, comida, roupa, frigorífico, etc), depois de uma reportagem ter dado a conhecer as condições em que vivia a família; uma criança com leucemia, a quem a PT custeou a ligação por vídeo-conferência para a escola que a menina não pode mais frequentar... Em todos os casos, os jornalistas colocam-se, de alguma maneira, ao lado da fragilidade momentânea ou permanente.

Configurando uma engrenagem de mobilização do público, o recurso à emoção dos factos inscreve-se na clássica concepção de espectáculo, aventada por Guy Debord nos anos 60. A exposição pública da dor privada, consentida ou à revelia dos direitos individuais, o recurso frequente a formas de discurso intimistas e o estímulo da proximidade e da comoção acusam aquilo que, na sequência da morte do rei Balduino, em 1993 (Bélgica), se chamou “inflação do emotivo”. Situado na fronteira entre a informação e o espectáculo, imagem que Guy Debord enunciou como sendo o modelo de vida socialmente dominante (Debord, 1992:17), o horror e o êxtase⁸ transmitidos (e em muitos casos fomentados e produzidos) pelos *media* recolocam a dicotomia da filosofia antiga que distinguia entre *epistémé* e *doxa*. A emoção, até há pouco erradicada do discurso jornalístico pela aspiração à objectividade, regressa como uma intimação não só da imprensa tablóide, como também da imprensa dita de referência. É, aliás, de uma informação trespassada pelo *pathos*, pela paixão da vida, pela emoção das coisas, pela fruição da parte mais sensível dos acontecimentos, que o jornalismo se refunda hoje numa profissão às vezes quase irreconhecível.

Da mediação à imediaticidade

A instantaneidade progressiva das novas tecnologias fomentou aquilo que conhecemos hoje como uma quase “ditadura” do que faz notícia à última hora, promovendo alguma insensibilidade à memória de uma comunidade e à sua história. O que importa é, cada vez mais, o que está a acontecer. Sobretudo, porque o que importa é sentir, e para sentir é necessário viver as coisas no seu momento. Retomando a formulação de Mario Perniola, poderíamos dizer que os *media* recusam hoje o “já sentido” que «remete para experiências que já aconteceram, para um sentir por definição pretérito e reificado». Ao contrário, preferem o “fazer-se sentir”, que «é inseparável da experiência do presente, da flagrância do nascimento». Com efeito, «o importante é o que acontece sempre aqui e agora» (Perniola, 1993:104).

Este imperativo de tempo, extremamente condicionado também pela concorrência entre meios que se intensificou nos primeiros anos do milénio, está a lançar as bases para a instituição de um novo paradigma do jornalismo. Na verdade, o arquétipo de mediação que referencialmente caracterizava a actividade jornalística está a dar lugar a um modelo organizado em torno de um princípio de imediaticidade. É, pois, uma disfunção de tempo que parece marcar uma nova forma de informar. Fundamentalmente vocacionados para mediar a relação entre os cidadãos e a realidade, os *media* informativos, estão

⁸ Também de emoções positivas se faz este “jornalismo sensível”. Disso são bem emblemáticos momentos como a independência de Timor-Leste e a cobertura do Campeonato Europeu de Futebol (Euro2004).

cada vez mais impelidos a “imediatizar”. À reflexão sobre os factos parece, então, sobrepor-se a comunhão com os intervenientes das notícias.

A cobertura jornalística de acontecimentos de grande dimensão, como os que marcaram os primeiros anos do século, nomeadamente pelas sensações de horror causadas ao nível nacional e internacional, enfatiza a tese de que o “meio” e a mediação deram lugar, como defende Bragança de Miranda (1999) ao “imediatizado”⁹. Considerando que «a medialidade, enquanto movimento, circulação, passagens, foi sempre reprimida», o autor constata que «o desejo que alimenta a metafísica (...) é o da instantaneidade» (1999:296). Ora, partilhando deste anseio pelo instantâneo, o jornalismo entrega-se à ideologia da imediatividade, acarretando aquilo que Bragança de Miranda chama «o fim da “representação”, e em geral, de toda a distância, sentida sempre como obstáculo à comunicação instantânea e imediata» (295). Já não sendo, então, uma representação da realidade, o jornalismo é um discurso constitutivo da própria realidade. É-o, porém, com recurso permanente à emotividade. Ao discurso distante, rigoroso, objectivo, factual apõe-se hoje um discurso muitas vezes comovido, sensível, quase comprometido.

À margem das reportagens diárias de guerras como a do Médio Oriente, do Afeganistão e do Iraque, novos trabalhos ganharam tempo nobre nas televisões e espaço privilegiado na imprensa escrita: as reportagens de contexto, de pormenor, de comunidades, enfim... de sensibilidades do repórter enviado especialmente ao palco de conflitos. A transmissão em directo pelas rádios e televisões e a estratégia de antecipação da imprensa não se esgotaram na descrição dos combates. Os cenários, as populações, as histórias de vida passaram a fazer parte do registo jornalístico, participando das opções editoriais com privilégio equiparável ao do relato circunstancial¹⁰. Num livro escrito à margem precisamente das guerras que cobriu neste período, Carlos Fino recusa «um jornalismo asséptico, que a pretexto da objectividade e da neutralidade lava as mãos das suas responsabilidades». Considerando, aliás, a guerra como uma situação-limite, perante a qual é necessário conservar «um saudável distanciamento», admite que há um conjunto de valores e princípios que integram a profissão. Com riscos acrescidos de parcialidade, Carlos Fino confessa que os jornalistas são «pela liberdade, contra a ditadura, pelos direi-

⁹ Em Setembro de 2001, a propósito dos atentados terroristas às Torres Gémeas, Joaquim Fidalgo, então provedor dos Leitores do jornal “*Público*” referia-se, a propósito do directo televisivo e do domínio dos ecrãs na cobertura dos acontecimentos, ao enfraquecimento do trabalho mediador dos jornalistas. «Assim, com os acontecimentos a desenrolarem-se minuto a minuto frente aos nossos olhos, o trabalho jornalístico de mediação com os espectadores torna-se menos visível, por vezes até totalmente silencioso, embora decisivo na escolha do que se mostra...» (Fidalgo, 2001)

¹⁰ As reportagens marginais aos conflitos têm, por outro lado, a particularidade de configurarem trabalhos de elevado valor estético. Já em meados da década de 90, uma reportagem de Cândida Pinto, intitulada “Meninos de Angola” (SIC) tinha sido reconhecida com vários prémios nacionais e, em França, pelo prémio de Direitos Humanos do FIGRA (Festival Internacional da Grande Reportagem e do Documento de Actualidade). “Mulheres de Bagdad” é, já neste quinquénio, outra das reportagens da jornalista (emitida pela SIC a 5 de Novembro de 2003) que assinala a preponderância deste tipo de trabalhos.

tos humanos contra a opressão, pela preservação do ambiente, contra a sua degradação, pelo respeito pela vida e dignidade humanas, contra o terrorismo e a tortura» (Fino, 2003:38).

Talvez só assim se compreenda a aparente solidariedade dos jornalistas com as vítimas de ataques terroristas, que atravessou a mediatização de acontecimentos ímpares como o 11 de Setembro, nos Estados Unidos em 2001, e o 11 de Março, dois anos e meio depois, em Espanha¹¹. A cobertura destes dois ataques é, na verdade, a expressão deste tempo que vivemos: o tempo da transformação de uma dor particular numa dor colectiva¹². O uso frequente de palavras-choque, como “barbárie”, “catástrofe”, “atentado”, “tragédia” e “massacre” e de grafias de forte impacto, como “11-S” e “11-M”, que se mantêm como bandeiras de *dossiers* temáticos de alguns órgãos de comunicação social (disponíveis *on-line*), corrobora ainda a ideia, no caso dos jornalistas norte-americanos e espanhóis, respectivamente, de um certo “jornalismo patriótico” – o que, sob outro prisma, recoloca o problema da objectividade, porque o patriotismo não é politicamente neutral¹³. Lado a lado com o patriotismo está, ainda que involuntário, um perigo de convivência com os autores de atentados como estes. Num texto publicado a 12 de Março de 2004, no jornal *El País*, Juan Luís Cébrian advertia para o facto de ser objectivo primeiro dos grupos de terroristas ou de comandantes de forças militares o contágio de toda a sociedade pelo terror, pelo medo e pela desgraça que atinge apenas alguns. Um dos perigos do exacerbamento das coberturas, às vezes imponderadas, de tragédias da dimensão que se conheceu aos atentados de Nova Iorque e Madrid é, para o jornalista espanhol, o risco de a sociedade mediática ser «aliada principal e vítima preferente do terrorismo moderno, uma vez que se trata de submeter a opinião pública à ditadura do terror, da desconfiança e do medo» (Cébrian, 2004).

Com efeito semelhante, ainda que de menor amplitude, o sequestro do teatro Dubrovskaja, em Moscovo, por rebeldes tchechenos (Outubro de 2002) e da Escola de Beslan (Setembro de 2004) deram o mote a narrativas de tom igualmente apreensivo. Já de si sinistros, estes acontecimentos, especialmente visíveis pela televisão, tiveram pelo menos um dos vários efeitos que tem a transmissão da história em directo – o facto de gerarem experiências empáticas. Daniel Dayan e Elihu Katz anotam que partilhar os sentimentos de outras nações é

¹¹ Um dos temas do livro *Journalism after September 11*, de Barbie Zelizer e Stuart Allan (2002), é precisamente a questão da relação entre as fotografias noticiosas e o trauma social. Noutro prisma, aborda ainda a questão do bem-estar emocional dos repórteres.

¹² Três dias depois dos atentados, Eduardo Cintra Torres elogiava, no “*Público*”, a maturidade dos *media* norte-americanos, constatando a «muito pouca intervenção emocional por parte dos apresentadores e repórteres, que procuram integrar essa dimensão da comunicação num discurso verbal praticamente reduzido aos factos» (Torres, 2001).

¹³ Ver a propósito o texto de Robert Jensen, intitulado: “What’s wrong with patriotic journalism?”, disponível em <http://www.progressivetrail.org/articles/031119Jensen.shtml>

um efeito de impacto que está para além do cognitivo (Dayan, 1999:189)¹⁴. O que o tratamento informativo destes episódios russos veio demonstrar é que, independentemente da proximidade afectiva, ideológica ou espacial (ou a falta dela), o drama humano é congregador, gera empatia.

Decorrentes sobretudo do inesperado, do imprevisível e do acidental, os acontecimentos dramáticos não têm os *media* à espera. No entanto, a partir do momento em que os meios tomam conta dos factos, o efeito surpresa e o efeito choque dão lugar à solidariedade para com a dor alheia e ao permanente acompanhamento do desfecho das histórias. Assim aconteceu na cobertura do desastre da ponte de Entre-os-Rios (Março de 2001). Tratando-se de uma tragédia nacional, o mergulho de um autocarro e dois automóveis nas águas do rio Douro e a expectativa da confirmação de dezenas de mortes germinou um dos maiores aparatos mediáticos de que há memória. Durante semanas, os jornalistas esgotaram todos os testemunhos de familiares das vítimas que pouco acrescentavam em termos informativos. Com um contributo puramente emotivo, os porta-vozes da dor dos familiares deram às reportagens um tom canonicamente excluído da informação. Não foi necessário, sequer, aguardar muito tempo para além dos acontecimentos para se fazer uma leitura de grosserias cometidas pela comunicação social. Cinco dias depois do desastre (a 09 de Março), a Alta Autoridade para a Comunicação Social apelava à contenção e sentido profissional dos jornalistas envolvidos na cobertura dos acontecimentos de Castelo de Paiva, criticando o modo como os jornalistas expuseram o sofrimento dos familiares das vítimas em termos que colidem com valores éticos e deontológicos. No dia 13, conheciam-se também algumas críticas apontadas pelo Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas. A realização de entrevistas a crianças, a abordagem a pessoas dentro das suas próprias casas e a interpelação de populares em visível estado de comoção foram os principais erros enumerados por aquele órgão relativamente ao tratamento informativo do desastre.

A exposição do luto não foi, contudo, um fenómeno isolado deste acontecimento. A morte de várias figuras públicas, por exemplo, especializou, talvez de um modo particular neste quinquénio, os jornalistas em exploração de momentos de reserva da intimidade. A mediatização de cerimónias fúnebres converteu momentos de pesar, por natureza, privados, em acontecimentos mediáticos de interesse generalizado. Expoente máximo do prolongamento de notícias de óbitos foi a morte do futebolista Miklas Féher, durante um jogo transmitido em directo pela televisão generalista, em Janeiro de 2004. Depois da surpresa da queda de um jogador desfalecido em campo, a notícia fez-se em redor da família, da namorada e dos colegas de equipa. O desfecho, que

¹⁴ Embora se ocupem preferentemente do acontecimento mediático, festivo ou cerimonial, na televisão Daniel Dayan e Elihu Katz fazem, em *A História em Directo*, uma revisão dos efeitos internos e externos dos acontecimentos mediáticos que importaria registar (pp. 181-207).

poderia ter ficado suspenso com a transladação do corpo para a Hungria, só viria, porém, a revelar-se completo com a transmissão em directo, pela TVI, do funeral do jogador.

A perseguição da morte como notícia é uma constante na cobertura de acontecimentos traumáticos. Ainda que representativas de significativas mudanças históricas, a morte de Jonas Savimbi, em 2002, em Angola, e a captura de Saddam Hussein, em 2004, no Iraque repetiram este interesse dos *media*, sobretudo da televisão, pela exploração da imagem humana em sofrimento. No primeiro caso, como oportunamente lembrou Estrela Serrano, na altura, provedora dos leitores do *Diário de Notícias*, «as televisões mostraram o corpo do líder da UNITA, em grandes e demorados planos, exposto às moscas, de calças desapertadas e sem sapatos»¹⁵. No segundo, por outro lado, tratava-se da exibição de um “estado pré-morto”. Em ambas as situações, porém, a exposição do corpo pelos *media* traduziu o uso da imagem como elemento de encontro da dor (quer de Savimbi e Hussein quer das vítimas que fizeram as lutas que travaram) com o ódio do público relativamente a estas duas figuras. Se a morte de pessoas publicamente reconhecidas tem só por si um carácter exponencialmente noticiável, o impacto mediático da morte de gente anónima, por outro lado, depende genericamente de outros factores. A eventual morte da menina Joana, no Algarve (Verão de 2004), por exemplo, foi sobejamente noticiada graças às circunstâncias do desaparecimento da criança e da suspeita de crime familiar. No entanto, no final do mesmo ano, o maremoto asiático dominou as páginas dos jornais e os espaços das rádios e televisões, pela extensão da catástrofe natural e, principalmente, pelo número de vítimas mortais. Marcado pela contabilização permanente dos mortos, o tsunami fechou, por isso, o período em análise com palavras traumáticas de luto e solidariedade. Os jornalistas permaneceram nos países afectados por várias semanas, repetindo imagens de câmaras amadoras, examinando toda a área devastada e descrevendo o cheiro a decomposição de corpos e o drama de pessoas à procura de familiares e amigos e a lastimar-se pelos danos materiais. É que, embora as câmaras levem o espectador para perto, demasiado perto, «o genuíno pode não ser suficientemente terrível»; pode precisar portanto «de ser aumentado» (Sontag, 2003:69). O efeito trágico gerado pela magnitude dos números deu aos jornais inspiração para comovedoras primeiras páginas, tendo, nas televisões, ocupado mais de metade da programação informativa regular, na última semana do ano. Dados da MediaMonitor revelavam, no início de 2005, que 48,8 por cento das peças jornalísticas emitidas na semana que se seguiu ao maremoto foram dedicadas a este acontecimento¹⁶. Adensado

¹⁵ In “Alarme na primeira página”, coluna da provedora dos leitores do *Diário de Notícias* de 4 de Março de 2002.

¹⁶ De acordo com informação veiculada pela Marktest (newsletter de 05 de Janeiro de 2005), foram emitidas 988 notícias sobre o tsunami, entre 26 de Dezembro de 2004 e 2 de Janeiro de 2005, num total de mais de

pela presença de cidadãos europeus nos territórios avassalados, o elevado interesse informativo pela dor revelou-se, também por ocasião desta catástrofe, potenciador daquilo que poderia chamar-se uma “tele-intimidade”, ou seja, de uma proximidade com determinados protagonistas criada exclusivamente pelos *media* jornalísticos.

Os perigos de uma informação atravessada pela emoção

Considerando ser, nalguns casos, legítima a exposição mediática da dor, Cristina Mañero (1997) adverte que «informar sobre o sofrimento e a dor requer dos profissionais da informação sensibilidade, humanidade, discrição e compreensão». Resultado, muitas vezes, da combinação de uma comunicação factual com uma comunicação baseada em testemunhos pessoais, a reportagem sobre acontecimentos tão sensíveis como os que marcaram estes anos tem, à partida, dois perigos iminentes: por um lado, o facto de o jornalista ser, ele próprio, um ser sensível ao que observa, sujeito à ambiguidade e à subjectividade da forma como sente os factos, tantas vezes em directo, sem tempo para uma reflexão que se imporia por dever de distanciamento crítico. Por outro, a tentação a que, deliberadamente ou não, os *media* cedem para explorar a tragédia, na ânsia de reunir a melhor e maior audiência possível.

Eticamente discutível, o recurso à emoção como estratégia de concentração da atenção do público, demonstraram-no os acontecimentos de grande dramatismo a que nos referíamos acima, cria embaraços deontológicos de difícil superação. Regista-se, numa tentativa de síntese de várias críticas apontadas no seio da própria imprensa, a falta de distância, a confusão entre o que é informação essencial e o que é informação acessória, a falta de respeito pela intimidade dos indivíduos e pelo seu direito à protecção da imagem, a predisposição para espectacularizar, o apoio em testemunhos pessoais e os excessos generalizados no uso da liberdade de expressão.

Lidando especialmente com os direitos individuais, a informação sobre a dor (individual ou colectiva) tem merecido uma atenção particular quer dos profissionais quer das associações representativas da classe. A intrusão na vida de alguém ou na vida emocional de alguém e a exploração proveitosa da dor individual, além de atitudes desleais dos jornalistas, são encaradas sobretudo como atitudes de descrédito e indignas do ofício. É, por isso, da pertinência de um debate ético, e, em certa medida, de um debate epistemológico, que se fala quando se considera os perigos de uma informação atravessada pela emoção. Quais são os limites da missão de informar? Quanto devem os jornalistas envolver-se naquilo que estão a reportar? Devem os jornalistas desculpar-se

quando não realizam bem o seu trabalho? Há ou não balizas para sinalizar os limites de reportagens sobre o sofrimento privado a que todos têm direito, inclusive as figuras públicas?¹⁷ Que mecanismos de regulação garantem a sensibilidade e o bom senso dos profissionais da informação?

Um dos mais emblemáticos casos mediáticos portugueses, o caso Casa Pia, apontou ainda para um outro perigo, já anteriormente sentido na cobertura do processo de independência de Timor-leste: o do jornalismo de causas. A delicadeza do tema da pedofilia e a dimensão do escândalo posicionaram o discurso jornalístico numa desconfortável extensão da indignação pública. O recurso frequente a testemunhos naturalmente emocionantes das vítimas (quase sempre sob anonimato)¹⁸ e a abordagem constante aos próprios arguidos do processo resvalou inúmeras vezes para a “tragicomédia”, nomeadamente pela exploração exacerbada da vida privada dos acusados e dos seus familiares. Sendo a evidência de um grau zero de informação, o suporte em reacções populares acrescenta à reprodução de uma causa a inconveniência de um jornalismo justiceiro. A exaltação dos ânimos públicos é uma inevitabilidade da narrativa jornalística dominada pelo escândalo e pela espectacularização do horror.

Com créditos comprovados na angariação de audiências, a calamidade arrisca, todavia, o jornalismo à perda de credibilidade, com inconvenientes acrescidos para o exercício legítimo da profissão. O primeiro é o risco de transfigurar o jornalismo – apresentando-se como actividade independente, imparcial e isenta, o jornalismo assimila-se, porém, nalguns casos, a um discurso de adesão e de compaixão, ou pelo menos, de inflamação da compaixão do público. Especialmente propensa para a narração da vida em directo, a televisão tem nisto um carácter paradigmático. Uma nota especial para os relatos sobre os incêndios florestais de 2004 permitiria analisar o papel dos jornalistas na geração de movimentos de solidariedade. Mas à televisão juntam-se as edições *online*, os weblogues e, por contágio, a imprensa escrita, também vulnerável às lógicas que determinam a concorrência entre os meios audiovisuais. A publicação de determinadas fotografias, a escolha dos títulos, o próprio ângulo de abordagem e a citação de testemunhos populares (que configuram uma espécie de jornalismo sustentado na *vox populi*) são estratégias a que os próprios jornais não se furtaram. Outro risco é o do abuso da liberdade de expressão – por vezes, para não dizer sempre, reportar sobre a dor converte-se numa actividade muito proveitosa. A dor reúne as pessoas. Seria o mesmo dizer que a reportagem sobre a dor reúne os leitores e os espectadores da televisão. O resultado

¹⁷ Vale a pena questionar neste ponto a oportunidade de reportagens como as que exploram assuntos relacionados com cuidados paliativos, com o fim da vida, a velhice, ou doenças consideradas terminais.

¹⁸ Rolf von Siebenthal explica, no livro *Gute Geschäfte mit dem Tod*, que as vítimas têm muitas vezes dificuldades em recusar entrevistas, na medida em que elas preenchem o desejo de falar sobre as suas próprias experiências.

é a maioria das vezes a confusão entre informação e sensacionalismo, que decorre de um esforço construído para tornar a informação interessante. Histórias de trauma e violência gozam de reconhecido interesse no meio jornalístico. Para além de se imporem por um certo imperativo económico (editores e jornalistas sabem que o desastre e a emoção atraem o público), as narrações de acontecimentos de grande dramatismo saciam não só um desejo de verdade como também um desejo de afecção, de experimentação estética da realidade. No entanto, a exposição quer dos jornalistas quer das audiências a estes acontecimentos de elevada carga dramática conflui na generalização do trauma dos agentes da notícia. Só na assunção de verdade deste efeito se justificam as preocupações com a debilidade psicológica dos repórteres e com aquilo que, ao nível de outras profissões, nomeadamente as militares, se convencionou chamar “stress pós-traumático”¹⁹. Uma teoria dos efeitos da exposição a situações traumáticas através dos *media* não seria, porém, completa se não considerasse de alguma forma o impacto causado no próprio público. Talvez difícil de padronizar, o conhecimento dos efeitos sobre o público ajudaria a compreender por que é que a dor é notícia, ou, retomando as palavras de Susan Sontag, por que é que os *media* nos mantêm olhando o sofrimento dos outros.

Referências bibliográficas

- BOUVERESSE, Jacques (2001) – *Schmock ou le triomphe du journalisme – La grande bataille de Karl Kraus* – Seuil.
- DAYAN, Daniel e KATZ, Elihu (1999) – *A História em Directo* – Coimbra: Minerva.
- DEBORD, Guy (1992) – *La Société du spectacle* – Paris, Gallimard.
- FINO, Carlos (2003) – *A Guerra em Directo* – Lisboa, Verbo.
- LITZ, Marc (2001) – « Information, médias et récit médiatique » – *Belphégor*, vol. 1, n.º 1, Novembro.
- MAÑERO, Cristina López (1997) – “Cuando el dolor es noticia” – Revista *ISTMO*, n.º 231 – Julho/Agosto.
- MIRANDA, José B. (1999) – “Fim da Mediação? De uma agitação na metafísica contemporânea” – Revista *Comunicação e Linguagens* – n.º 25/26 – Real/Virtual – Março.
- PERNIOLA, Mario (1993) – *Do Sentir* – Lisboa, Editorial Presença.
- SONTAG, Susan (2003) – *Olhando o Sofrimento dos Outros* – Lisboa, Gótica.
- ZELIZER, Barbie e ALLAN, Stuart (2002) – *Journalism after September 11* – London: Routledge.

¹⁹ Preocupado justamente com a exposição dos jornalistas a situações traumáticas, como os conflitos e as tragédias, o Dart Center, sediado na Universidade de Washington e especializado em jornalismo e trauma, procura ajudar os jornalistas a gerir o duplo desafio de responder profissionalmente àquilo que eles testemunham e de lidar com o impacto psicológico sobre eles próprios e os seus colegas. (Acessível na Internet em <http://www.dartcenter.org/>)

Referências na Imprensa

- CÉBRIAN, Juan Luis (2004) – “Terrorismo en el Pozo” – *El Pais* – 12 de Março.
- FIDALGO, Joaquim (2001) – “Entre a Televisão e o Jornal” – *Público* – 16 de Setembro.
- MALHEIROS, José Vítor (2001) – “O que é que sentiu?” – *Público* – 13 de Março.
- MISSIKA, Jean-Louis (2004) – « La Télé compassionnelle » – *L'Express* – 19 de Janeiro.
- SERRANO, Estrela (2002) – “Alarme na primeira página” – *Diário de Notícias* – 4 de Março.
- TORRES, Eduardo Cintra (2001) – “A pergunta mais idiota” – *Público* – 14 de Setembro.

Referências na Internet

- Dan Gillmor (2005) – “The end of objectivity” – http://dangillmor.typepad.com/dan_gillmor_on_grassroots/2005/01/the_end_of_obje.html
- Robert Jensen – “What’s wrong with patriotic journalism?”, disponível em <http://www.progressivetrail.org/articles/031119Jensen.shtml>
- Dart Center – <http://www.dartcenter.org>